

“G de Género”: o Género Activista, para um outro mundo possível!

Celina Marques dos Santos
Licenciada em Relações Internacionais
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal
ccelinams@iol.pt

Teresa Cunha Amal
Licenciada em Filosofia e Mestre em Sociologia
Escola Superior de Educação de Coimbra, Portugal
tahine@esec.pt

Resumo

As Mulheres predominam nos movimentos sociais, mas esta presença não se reflecte na distribuição paritária do poder e da capacidade de decisão. Este enviesamento é injusto e tem de ser convertido em diversidade e riqueza. É necessária a promoção da participação das Mulheres e a eliminação de barreiras (in)visíveis.

Para isso, na *Acção Jovem para a Paz* contamos com quatro projectos: 1/ “Youth Action For Peace” – Rede Internacional da AJP que forma mulheres-líderes; 2/ “Sem Preconceitos” – seminário para Mulheres; 3/ “Art. ♀” – Produção de Conhecimento no Feminino; 4/ “Vozes Cansadas de Guerra” – as histórias das Mulheres de Timor Leste.

Palavras-chave

Mulheres; Movimentos sociais; Participação

Abstract

Women predominate in social movements, but this presence is not reflected in the paritarian distribution of power and decision capacity. This bias is unfair and has to be converted in diversity and richness. It is urgent the promotion of Women’s participation and the elimination of (in)visible barriers. For that, in Youth Action for Peace, we count with four projects: 1/ “Youth Action For Peace” – International Movement of AJP that trains women leaders; 2/ “Sem Preconceitos” – seminar for Women; 3/ “Art. ♀” – production of knowledge in the feminine; 4/ “Vozes Cansadas de Guerra” – the stories of East Timorese Women.

Key-words

Women; Social movements; Participation

I

As Mulheres e os Movimentos Sociais

Sabemos que as Mulheres são uma presença constante nos movimentos sociais e sabemos que o seu trabalho, das bases ao topo, é certamente um contributo inestimável e indispensável. Porém, ainda não sabemos, ou nem sempre sabemos, em que condições efectivamente isto acontece. Pensamos que o mesmo se aplica às Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento em Portugal, que é a realidade que nos interessa neste debate.

Em primeiro lugar, interessa referir que, nas ONGDs portuguesas, as Mulheres, o sexo feminino, são, mais uma vez, a maioria. Muitos dos estudos que existem, bem como a nossa observação sociológica empírica, permitem-nos afirmar que as Mulheres estão presentes nestas organizações de forma activa e permanente e que realizam todo o tipo de tarefas. No entanto, e por outro lado, sabemos que raramente estes movimentos e associações da sociedade civil portuguesa são presididas por Mulheres ou têm processos de decisão e distribuição de poder paritários.

São reveladores, a este propósito, as conclusões de um estudo realizado pela Plataforma Portuguesa das ONGDs e publicados no *Guia de Recursos Humanos das ONGDs Portuguesa 2003*.

- a) Num universo de 1615 pessoas que trabalham nas ONGDs portuguesas, voluntária ou remuneradamente, 56.6 % são mulheres;
- b) Das pessoas que trabalham nesta área auferindo de uma remuneração, 65.8% são mulheres;
- c) Das pessoas que estão expatriadas, exercendo tarefas voluntárias ou remuneradas, 62.4% são mulheres;
- d) As idades predominantes das pessoas que trabalham na Cooperação para o Desenvolvimento oscila entre os 31 e 45 anos. Nesta faixa etária, há 397 mulheres para 255 homens;
- e) Com menos de 25, anos só há cinco homens remunerados para 19 mulheres remuneradas. Quanto às/aos expatriad@s, não há nenhum homem, mas há três mulheres;
- f) O trabalho voluntário, em Portugal ou em outros países, é distribuído por 382 homens e 497 mulheres;

Surpreendentemente, este estudo não desagrega por sexos os postos de direcção, administração e coordenação de projectos e organizações. Portanto, ficamos sem saber se a esta clara maioria de mulheres nos vários sectores do Movimento, corresponde uma estrutura paritária de acesso e exercício do poder. A nossa experiência, em reuniões de direcção e gestão, em eventos públicos, no contacto com os *media*, etc. leva-nos a afirmar que não.

Temos alguns exemplos em Portugal, ademais publicamente reconhecidos, de grandes dirigentes Mulheres de ONGDs, mas, reconheçamos, que não passam de uma excepção.

Este estudo evidencia uma realidade que, infelizmente, prevalece em Portugal e também internacionalmente. É bastante revelador, a este propósito, uma frase, ouvida no Fórum Social Mundial (2003), de um homem, o sociólogo e director do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas), Cândido Grzybowski:

As mulheres são “minoria”, criada por nós mesmos, no seio da sociedade civil. Não adianta culpar o capitalismo, o neo-liberalismo, a globalização, os Estados excludentes, etc., etc. (...) Na verdade, a jurássica cultura machista ainda tem terreno fértil e, como vírus, penetra em todo o tecido social, nos fazendo seus reféns.

Em Portugal, salvo em organizações claramente feministas ou simplesmente femininas, como é o caso da AJP, é que se torna óbvio e concreto encontrar Mulheres, à frente, dirigindo os Movimentos, com tudo o que isso implica em termos organizacionais, políticos, culturais e também estruturais.

Poderá para muitas pessoas parecer um exagero, isto que dizemos, mas os números, as estimativas e as experiências são muitas e pouco diversificadas a este respeito. *Vemos ouvimos e lemos, não podemos ignorar.*

A partir desta reflexão será então pertinente afirmar que:

- As Mulheres presentes nos movimentos sociais ocupam nomeadamente as bases dos movimentos, são as principais executoras de projectos, muitas vezes, definidos e dirigidos por homens, e nos quais os espaços de participação na definição e avaliação estratégica são muito exíguos;
- Estando claramente em maioria na base e em minoria nos postos públicos de chefia e de decisão; o inverso acontece para o sexo masculino, que está em maioria na chefia e na decisão e em minoria no terreno;

Assim, podemos concluir que os movimentos sociais para o Desenvolvimento e Cooperação em Portugal são, simultaneamente, portadores de projectos alternativos e de mudança social, mas sofrem do tal *vírus jurássico*, não estando a conseguir desempenhar a ruptura necessária com o senso comum sexista e a reprodução social que este exige.

II

Os danos trazidos pelas ausências das Mulheres

Lutar pela paridade significa também sermos capazes de identificar e afirmar a nuclearidade das Mulheres, ou melhor, do Gênero Feminino, em todas as relações sociais. Precisamos não só de fazer o levantamento dos contributos e visões que estão a ser desperdiçados, mas também de os recuperar urgentemente para as práticas dos nossos movimentos e das suas intervenções.

Assim, é crucial assumir que, a nosso ver, as Mulheres têm construído um conjunto de conhecimentos e competências que têm estado ausentes, ou somente nas margens e sombras, das utopias do Futuro. Isso não é apenas socialmente injusto, é uma visão mutilada e fundamentalmente distorcida das potencialidades contidas nas experiências das comunidades humanas. Esta sabedoria e estas tecnologias não são uma invenção das Mulheres, como forma de vitimização ou auto-promoção, mas sim a amplificação concreta e real das possibilidades de alternativas e respostas a todas as outras formas de dominação e opressão da nossa contemporaneidade.

Na verdade, os discursos dominantes de inclusão têm servido para reclamar uma igualdade que nem sempre diferencia e uma diferença que quase sempre discrimina. Na maioria dos casos, as estratégias de mudança ficam-se por meros procedimentos regulamentares, de cariz liberal, sem se tocar nas profundezas das culturas sexistas. Precisamos de fazer perseverantemente, todas e todos, um exercício de valorização daquelas que têm sido identificadas como competências femininas (não só das mulheres, e este não é um detalhe, é, pelo contrário, uma ideia determinante), promovendo-as e integrando-as nos nossos modos de ver, fazer e pensar o presente e o futuro. Porque representamos mais de metade da humanidade, e, em consequência, não parece ser legítimo e avisado desperdiçar pelo menos metade das vivências e perspectivas acerca do Mundo e as probabilidades de aprofundar e densificar a democracia cognitiva, social e política. Então, estamos em condições de dizer que vale a pena trazer para o terreno da nossa acção as *coisas femininas* e tentar fazer de outra maneira. Vejamos por exemplo:

- 📄 Em geral, somos mais horizontais nas nossas relações de trabalho, identificando a diferença como complementaridade e não como rivalidade; sentimo-nos, por isso, mais aptas para o trabalho em rede;
- 📄 Podemos dizer que temos uma maior capacidade de tolerância, nomeadamente à ambiguidade e, saber lidar com a ambiguidade e a incerteza, é fundamental no nosso tempo;
- 📄 Assumimos a realidade como algo complexo, ou seja, um conjunto de coisas inter-ligadas que se intercomunicam e que são interdependentes.

- ☞ Deste reconhecimento e assunção da complexidade, advém a compreensão e assunção do *local* e do *micro* como espaços-tempo de intervenção e mudança tão válidos e tão importantes como os espaços-tempo nacionais e internacionais.
- ☞ Reconhecidamente, o Género Feminino tem uma maior capacidade de adaptação à realidade e uma melhor capacidade de gestão das adversidades.
- ☞ O *cuidado* com a Vida é também uma competência eminentemente do género feminino. Este *cuidado* com a Vida, prende-se com a aprendizagem difícil, feita sob o *mito da eficácia da violência*, tão próprio das culturas machistas-chauvinistas-militaristas dominantes. Esta preservação da vida traduz-se na recusa de provocar *danos desnecessários* a todos os seres e na capacidade de desenvolver um pensamento que se preocupa com as consequências e o longo-prazo, com a sustentabilidade, e não apenas com os resultados imediatos e visíveis.
- ☞ O Género Feminino habituado ao *silêncio* e à *sombra*, para os quais foi sendo remetido, aprendeu a escutar activamente @s outr@s e a desenvolver relações empáticas e de partilha com @s outr@s. E é também nesta escuta activa e nesta partilha que se funda o cosmopolitismo necessário a uma cultura verdadeiramente democrática e de paz.

III

Acções pela Paz e pela Justiça

Neste mundo, dominado claramente por homens-machos e pelo poder dos quem têm dinheiro, alguns têm um conjunto de regalias, mérito e privilégios que são automáticos e que não precisam pedir, reclamar ou provar. É portanto natural que a paridade e a justiça para exactamente todos os seres, sem discriminação alguma, não seja uma prioridade na agenda do género masculino. O mesmo não é verdade para o género feminino, como cada uma/um de nós poderá aferir pela sua própria experiência. Para a maioria das Mulheres, e de outr@s que não correspondem ao modelo dominante d@ bem sucedid@, o reconhecimento e a valorização das suas competências e capacidades e, portanto, da validade dos seus contributos, é difícil de ser ouvida e tem de ser provada repetidamente. É por todas estas razões que pensamos que um plano de acção para a justiça entre os géneros, é urgente.

Os passos que conseguimos desde já identificar são dois:

- ☞ Eliminar as “barreiras invisíveis” que se colocam aos géneros, através da formação e sensibilização para as questões da discriminação com base no sexo, na orientação sexual, nos estilos e modos de vida. Trata-se portanto de inverter alguns dos nossos critérios de

análise, reflexão e avaliação da realidade e da intervenção sócio-política dos movimentos sociais nos quais participamos.

- 📖 Promover activamente a constituição e a consolidação de novos espaços, tempos e estilos, que sejam de solidariedade e justiça entre os sexos, mas também entre tod@s os seres nas suas diferentes especificidades. Paralelamente, temos que saber promover “brechas”, rupturas e dissenções nos espaços de poder existentes, obrigando-os a tornarem-se permeáveis ao novo e ao diferente, à mudança e a uma democracia de *alta intensidade*.

Os grandes objectivos destes passos são três:

- 📖 Promover outros modelos de poder que não se baseiam na dominação, apropriação e competição;
- 📖 Contrariar a descapacitação e o afastamento das Mulheres do poder;
- 📖 Desconvencer todas as Mulheres da irrelevância dos seus contributos e papel nas sociedades. A falta de auto-estima e confiança é uma forma de subalternidade que todas sofremos.

IV

AJP – Um Movimento Social Feminino

A ‘Acção Jovem para Paz’ constitui, em larga medida, um espaço e um tempo de excepção, porque assumiu, há muito, que queria ser também um espaço de poder no feminino, sem por isso se tornar numa organização especificamente feminista. Sem complexos, criou uma cultura organizacional e política em que homens-machos não são bem-vindos. Promoveu na sua estrutura interna, no seu plano estratégico, na sua formação e nos seus projectos o critério da horizontalidade e da paridade, que se tornaram práticas recorrentes, sistemáticas e inegociáveis.

Porém, nada disto é fácil. Vivenciamos, interna e externamente, combates e dilemas que nos deixam claro que a vigilância tem que ser permanente e quotidiana e que nada está garantido à partida.

Para quem entra e é nov@, leva algum tempo a perceber que a paridade não é uma paranóia ou uma obsessão, que é uma exigência conceptual e concreta da justiça. É preciso exercitar o diálogo, não evitar algumas discussões e, por vezes, conflitos para que a prática da paridade se torne um consenso forte no seio do movimento.

Externamente, o cenário torna-se ainda mais complexo porque, além de sermos muitas mulheres, somos também bastante jovens. Seja no âmbito das nossas parcerias, seja em encontros abertos, encontramos-nos quase sempre confrontadas, sem querer, com o mesmo círculo vicioso do pensamento sexista. Primeiro, temos que provar que sabemos trabalhar e que temos ideias, apesar

de sermos mulheres e apesar de sermos jovens. Depois, temos de provar que a nossa agenda e a nossa clara preocupação com as Mulheres é pertinente, relevante, séria, rigorosa e que não se trata de um radicalismo inconsequente. Por fim, temos que provar que somos mulheres que partilham dos mesmos problemas, contrariedades e dilemas de todas as outras, mas que não estamos dispostas a abdicar do nosso projecto de justiça, democracia e de paz não-sexista.

Finalmente, quando ultrapassamos estas barreiras, vemo-nos perante muitos estereótipos e brincadeiras, todas de gosto duvidoso. Somos “umas gajas porreiras” e fazemos “umas coisas giras”, mas classificam-nos de “amadoras” e raramente somos levadas a sério. Também estamos acostumadas a ouvir coisas do género: “lá vêm elas outra vez com a mesma história!”.

E assim parece que voltamos sempre ao princípio, porque nós, estas Mulheres concretas, parecemos precisar de gastar metade da nossa energia a provar e a exigir respeito. A luta é contínua e exige de nós muito mais do que é justo. Felizmente, como além de resistentes, somos persistentes, não renunciamos a esta bandeira, continuamos a lutar. Insistimos em desencobrir e visibilizar uma ONGD de face feminina, e de a consolidar, no intuito de perceber como contribuir, permanecendo inteiramente Mulheres. Apoiadas numa Rede de movimentos, afectos e convicções, desde há muitos anos que temos vindo experimentar diferentes medidas e a implementar práticas cujo objectivo é sempre a Paridade.

V

Pormenores internos que dão milhões

Internamente, as medidas que tomamos são em geral pequenas, mas significativas, além de não trazerem grandes custos. Esta política apesar de ter sido incompreendida e conflituosa no início, revelou-se compensadora ao longo do tempo. Foi ela que nos permitiu criar uma cultura que se foi tornando exemplar para as sucessivas gerações de militantes e activistas, gerando relações de paridade consistentes ao longo do tempo.

Apesar do que já adquirimos no interior do nosso movimento, não podemos deixar de afirmar que as mudanças são sempre efémeras e difíceis; se a determinação e a certeza da justeza das nossas razões não forem permanentemente submetidas a um pensamento crítico e a uma prática de solidariedade.

Estas medidas quotidianas são de certa forma difíceis, porque a discriminação positiva nunca está livre de polémicas, porque nem sempre quem parece ser melhor é escolhido. No nosso caso este modo de viver está intencionalmente assente em dois pressupostos.

♦ O primeiro é de que, se as Mulheres às vezes estão menos capacitadas e prontas para liderar, representar ou falar, isso deve-se sobretudo às menores oportunidades que têm ao longo da vida para se preparar e executar essas tarefas. Assim, e tendo que se começar por algum lado, corremos conscientemente os riscos necessários para que, as meninas, as raparigas e as mulheres, ainda que aparentemente menos disponíveis ou com menos ferramentas, façam as suas aprendizagens de liderança e coordenação de projectos e equipas.

♦ O segundo pressuposto era de que tudo isso era apenas possível se todas e todos fossem radicalmente solidári@s com estas opções para o futuro. Solidariedade quer aqui dizer respeito, ajuda, paciência, tolerância.

Assim, tornou-se prática escolher equilibradamente ou desequilibradamente, se a favor do feminino, mulheres para liderar projectos e o próprio movimento, para representar e falar em público em nome de projectos e do movimento, para gerir acções, e por aí além. Por outro lado, é também prática corrente a nível interno, o “aprender fazendo” numa lógica de ‘uma entre pares’, esbatendo propositadamente os sucessivos mecanismos hierárquicos. Isto permitiu que mulheres participassem em processos de decisão interna, que fizessem parte dos processos de condução política, que estivessem na construção das agendas.

Finalmente, e para não nos alongarmos demais, é feita uma aposta nos momentos de formação e capacitação técnica e política destas activistas, ao mesmo tempo que são criados projectos próprios nos quais as mulheres e os homens que as querem acompanhar, que estão dentro e fora do movimento, encontram espaços de debate, de reflexão e acção sobre assuntos e problemas que continuam a ser obscurecidos ou por resolver na sociedade em geral.

Como dizíamos há pouco, as mudanças no sentido da justiça e da paridade são precárias e exigem vigilância e persistência. Hoje em dia, o conservadorismo social crescente a que assistimos chegou até ao nosso movimento e os debates que pareciam estar acabados, reacenderam-se. As Mulheres, habituadas há décadas a serem uma entre pares, estão de novo em alerta máximo, com novos discursos e novas propostas para sustentarem os novos equilíbrios de poder que os novos tempos exigem. A nossa enorme vantagem é termos aprendido a protestar, e não só a resistir; a liderar e não só a complementar; a sermos diferentes e não só iguais.

VI

O exterior é um espelho do interior!

Porque não nos defendemos somente a nós mesmas, e porque não queremos apenas a nossa dignidade, o mesmo tem de ser feito, de outras formas, com todas as Mulheres, em toda a

sua heterogeneidade. Para isso, gostávamos de continuar ilustrando com algumas das nossas experiências. Estas experiências giram em torno de atividades desenvolvidas pela AJP e que pretendem ser não só um contributo para a Paz e para os Direitos Humanos, que são a nossa preocupação central, mas também um exercício de coerência entre os nossos princípios e as nossas práticas.

Em primeiro lugar, gostávamos de destacar a importância dos chamados “espaços das Mulheres”. Estes espaços têm como pré-condição serem radicalmente públicos, políticos e que permitam muito claramente a capacitação e o “empowerment” das Mulheres. Além disto, permitem também a livre expressão, entenda-se aqui como a expressão livre de constrangimentos e coerções ou pressões, a diversidade de vozes e estilos até então muito recalcados ou subsumidos nas categorias que o machismo nos vai impondo.

Um dos exemplos concretos a que fazemos corresponder isto é o seminário “Sem Preconceitos”. O ‘Sem Preconceitos’ é um seminário anual que terá este ano a sua sétima edição sob o tema “Tornar-se Mulher depois de Abril”. Este seminário obedece a todas estas características e, longe de tratar problemas de mulheres (até porque o feminismo não é um problema só das mulheres e que elas têm de resolver sozinhas), tem tratado as temáticas mais diversas possíveis. As reflexões, os testemunhos e avaliações de muitas mulheres vão no sentido da desmistificação do feminismo como uma coisa de *algumas mulheres feias e cheias de pelos nas pernas, com matracas e vontade de fazer desaparecer os homens da face da terra*. A esmagadora maioria das mulheres que participam descobrem, pela primeira vez nas suas vidas, que são feministas na medida em que percebem que partilham das mesmas aspirações, problemas e sonhos de muitas outras.

Em seguida, destacaria o(s) conhecimento(s) no feminino. O conhecimento, como qualquer outra forma de saber, é fundamental na vida das sociedades, na gestão das suas escolhas para o futuro e na gestão das contrariedades presentes. Torna-se claro que as Mulheres são portadoras de grandes e úteis conhecimentos e saberes que não têm sido valorizados como fundamentais e postos nessa perspectiva, à livre disposição das suas comunidades. Isto representa duas exclusões, a exclusão de muitas Mulheres propriamente dita e a exclusão do que elas sabem, porque o que elas sabem é diferente, não cabendo nos padrões definidos, e, por isso, desafiador da única versão da realidade, transmitida pela ciência moderna sobredeterminante. Nesse, sentido, a revista “Art. ♀” tem sido um instrumento positivo de valorização dos conhecimentos das Mulheres. Esta revista possibilitou nos seus primeiros dois anos, este ano sairá a terceira edição, a expressão de outras prioridades e preocupações em torno dos direitos humanos e do futuro que sonhamos, bem como tem permitido uma reflexão mais ampla. Para ela escrevem só mulheres, ou as que não sabem ou não querem escrever são publicados os seus textos tenham eles a foram que tiverem e usem a linguagem que usarem. Numa mesma revista publicamos textos científicos, testemunhos, poesia, fotografia, entrevistas, desenhos, reflexões, etc., etc.

Porque não podemos falar de tudo, terminamos com o projecto “As Vozes das Mulheres Timorenses, Cansadas de Guerra, Construindo a Paz”. Este projecto será implementado em Timor Leste e visa, a capacitação de todas as Mulheres envolvidas (portuguesas e timorenses) e a promoção do contributo e papel que as Timorenses, em particular, têm vindo a dar para a Paz e a Democracia Pós-Coloniais do seu país. Este projecto visa também resgatar do passado e do presente, a nossa história de centenas de anos de ocupantes e ocupadas/os coloniais e o lugar que nós, aqui e lá, temos na construção de um outro futuro, melhor para todas/os.

Reconhecendo que a História Oficial que nos é contada raramente é completa e transparente no que toca às sujeitas e aos sujeitos que a moldaram, é preciso fazer entender que as Mulheres nunca estiveram fora da história e da cultura e que re-escrever a história não pode ser apagar tudo o que já foi feito, aprendido e realizado, criando uma nova sombra sobre a sombra que tem sido o passado. De facto, as Histórias das Mulheres, colectiva e individualmente, existem, as histórias de participação activa nas sociedades, de exigência de paz, de procura de justiça têm sido activamente desconstruídas e sistematicamente ocultadas e negligenciadas. É isso que queremos fazer em conjunto.

VII

Concluindo

Para terminar, poria em diálogo Simone de Beauvoir e Cândido Grzybowski, uma mulher e um homem. É claro que este diálogo nunca existiu, quanto mais não seja pelas décadas que os separam. Mas é porque ele seria possível, que se torna interessante:

S.B. – “Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar “Sou Mulher” (...). Um homem nunca começa por se apresentar como um indivíduo de um determinado sexo: que seja homem é natural.”

C.G. – Não é fácil! As artimanhas que a cultura machista – o pão nosso de cada dia – nos prega são maiores do que a gente pensa. (...) [Mas] Espero que as Mulheres nos façam ser radicais, fazendo como até aqui vêm fazendo: cobrando e nos incomodando”

Bibliografia

AJP; 2002; “Art. ♀ - Uma Revista de Direitos Humanos”; Coimbra

___; 2003; “Art. ♀ - Uma Revista de Direitos Humanos”; Coimbra

___; 2003; “Sem Preconceitos 2002 – Relatório”; Coimbra

___; 2004; “Sem Preconceitos 2003 – Relatório”; Coimbra

___; Candidatura “As Vozes das Mulheres Timorenses: Cansadas de Guerra, Construindo a Paz”; 2003/2004; Coimbra; (mimeo)

BEAUVOIR, Simone. (1975). *O segundo Sexo*; Bertrand: Lisboa

GRZYBOWSKI, Cândido. (2003). “Um Mundo mais Feminino é Possível?”; 2003 in www.forumsocialmundial.org.br a 12-02-2003

Plataforma das ONGD. (2003). *Guia de Recursos das ONGDs Portuguesas*; Lisboa